

Planalto pode usar TV para 'denunciar' gastos

Lula Marques

Das Sucursais de Brasília e Rio,

da Redação e da Reportagem Local

O governo poderá lançar mão de uma rede nacional de rádio e TV com o objetivo de "denunciar à opinião pública os gastos que a Constituição vai criar, se ficar do jeito que está", segundo o líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB). A proposta foi apresentada ontem, pelo ministro da Habitação, Prisco Viana, durante reunião realizada entre 11h e 13h15 no Palácio do Planalto. Participaram do encontro, além do presidente Sarney, dez ministros, quatro lideranças parlamentares governistas, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, e dois assessores.

O encontro foi aberto com exposição do ministro interino da Fazenda, Paulo Cesar Ximenes, que avaliou em mais de Cz\$ 1 trilhão o prejuízo aos cofres públicos com a anistia fiscal (Cz\$ 776 bilhões) e a anistia creditícia aos micro e pequenos empresários e pequenos e médios produtores rurais (Cz\$ 310 bilhões).

Na próxima sexta-feira o comando político do governo fará nova reunião para escolher de 12 a 15 pontos prioritários para tentar suprimir no segundo turno e definir a utilização da rede de rádio e TV. Segundo o líder do PFL no Congresso constituinte, deputado José Lourenço (BA), o governo não vai incluir entre esses pontos a estabilidade aos servidores públicos civis admitidos há mais de cinco anos. Lourenço acredita num acordo de lideranças para suprimir o limite dos juros em 12%.

Centrão

O senador Roberto Campos (PDS-MT) afirmou à Folha que a cifra de Cz\$ 1 trilhão —prevista por Ximenes— é "realista". Para o senador, a tendência é que no segundo turno de votações do Congresso constituinte alguns dos artigos que aumentam as despesas do governo sejam suprimidos, por força da mobilização que o Planalto fará dos parlamentares. Campos disse



O líder do PFL no Congresso constituinte, deputado José Lourenço (BA), no seu gabinete na Câmara dos Deputados

Lourenço critica elogios de Ulysses à nova Carta

Da Sucursal de Brasília

O discurso "de lanque" do presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, 71, ao receber segunda-feira os pareceres do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) sobre as emendas para votação em segundo turno, recebeu ontem uma resposta do líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço

que "o governo acordou tarde, mas acordou". Segundo ele, os cálculos do governo deveriam ter sido feitos há mais tempo, "antes das votações".

Para o senador Mário Covas (SP), presidente nacional do PSDB, "as questões apresentadas por Sarney como onerosas ao país partiram do

(BA), 55. "O dr. Ulysses acha que esta é uma Constituição avançada. Tão avançada que numa curva fechada pode derrapar e rolar para baixo", disse Lourenço. "Tem gente que quer a Constituição voltada para uma eleição, e não para a nação. Votam porque acham que devem votar, são candidatos a prefeito, a presidente da República...", acrescentou.

texto-base das Disposições Transitórias e são de responsabilidade do Centrão". Covas citou como exemplo de proposta do Centrão "principalmente a anistia fiscal que acabou com as multas e juros das dívidas das empresas".

O Sindicato dos Metalúrgicos de

Ele citou a aprovação do voto aos 16 anos, que trará, segundo ele, a antecipação da responsabilidade criminal também para 16 anos.

Para os elogios de Ulysses ao projeto constitucional, Lourenço diz ter uma explicação: "Não conheço pai que não diga que o filho é bonito." Para Lourenço, Ulysses é "o pai e a mãe" da nova Carta.

São Bernardo e Diadema, ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), pode fazer uma greve de uma hora para pressionar as votações do segundo turno do Congresso constituinte. Esta greve "de advertência" será votada no dia 22, sexta-feira, às 18h, em assembleia no sindicato.